Tópico Principal da Aula: Mapeamento de Dados da LGPD

Subtítulo/Tema Específico: Conceitos e Etapas do Mapeamento de Dados para Conformidade com a LGPD

Código da aula: [SIS]ANO1C2B3S21A1

Objetivos da Aula:

- Conhecer o mapeamento de dados da LGPD.
- Conhecer técnicas de computação e gerenciar dados para soluções em nuvem, parametrizar aplicações e dimensionar de acordo com as necessidades do negócio.
- Identificar e analisar problemas.
- Agir com curiosidade na resolução de problemas técnicos.

Recursos Adicionais (Sugestão, pode ser adaptado):

- Caderno para anotações;
- Acesso ao laboratório de informática e/ou internet.

Exposição do Conteúdo:

Referência do Slide: Slide 06 - Diálogo / Entenda o que é e pra que serve a LGPD?

- Definição: A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é uma legislação brasileira que estabelece regras sobre a coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados pessoais, tanto no meio físico quanto no digital. Seu principal objetivo é proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, além de promover a transparência e a segurança no tratamento de dados pessoais.
- Aprofundamento/Complemento (se necessário): A LGPD se aplica a qualquer operação de tratamento de dados pessoais realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que: a operação de tratamento seja realizada no território nacional; o objetivo do tratamento seja a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços a pessoas localizadas no território nacional; ou os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.
- **Exemplo Prático:** Ao realizar um cadastro em um e-commerce para fazer uma compra, você fornece seu nome, endereço, e-mail e CPF. A LGPD exige que a loja informe claramente para que esses dados serão usados, como serão protegidos e que tipo de consentimento é necessário para cada finalidade.

Referência do Slide: Slide 07 - Primeiras ideias

 Definição: O mapeamento de dados é um processo fundamental para a adequação à LGPD, que envolve a identificação e classificação de todos os

- dados pessoais coletados, armazenados e tratados por uma organização. Isso inclui entender o ciclo de vida do dado, desde sua coleta até seu descarte.
- Aprofundamento/Complemento (se necessário): O mapeamento de dados não se limita apenas a listar os dados. Ele exige uma análise detalhada sobre onde os dados são coletados, como são processados, quem tem acesso, onde são armazenados, com quem são compartilhados e por quanto tempo são retidos. É uma ferramenta essencial para construir um inventário de dados e entender os fluxos de informação dentro da empresa.
- Exemplo Prático: Uma empresa de marketing digital que coleta e-mails para campanhas precisa mapear: quais formulários online coletam esses e-mails, onde são armazenados (CRM, planilha), quais áreas da empresa acessam (marketing, vendas), se são compartilhados com parceiros de e-mail marketing e por quanto tempo são guardados após o término da campanha.

Referência do Slide: Slide 10 - Construindo o conceito / Mapeamento de dados

- Definição: O mapeamento de dados é crucial para a LGPD, pois permite que a empresa entenda quais dados pessoais coleta, armazena e utiliza, identifique riscos associados ao tratamento desses dados, implemente medidas de segurança e governança para protegê-los e cumpra com as obrigações previstas na Lei.
- Aprofundamento/Complemento (se necessário): O mapeamento de dados é uma etapa proativa que não só garante a conformidade legal, mas também melhora a gestão interna da informação. Ao ter clareza sobre o fluxo de dados, as empresas podem otimizar processos, reduzir custos com armazenamento desnecessário e, mais importante, construir uma cultura de privacidade e proteção de dados, aumentando a confiança dos titulares dos dados.
- Exemplo Prático: Uma clínica médica que mapeia seus dados percebe que prontuários antigos de pacientes que não retornam há mais de 10 anos ainda estão armazenados em servidores ativos. Através do mapeamento, ela pode implementar uma política de retenção e descarte seguro para esses dados, minimizando riscos e cumprindo a LGPD.

Referência do Slide: Slide 11 - Construindo o conceito / Mapeamento de dados - Etapas

- Definição: As etapas do mapeamento de dados incluem: identificar as fontes de coleta, mapear como os dados são coletados e utilizados, avaliar e documentar a base legal, identificar e avaliar riscos, documentar medidas de proteção e manter registros detalhados e atualizados.
- Aprofundamento/Complemento (se necessário): Cada etapa é interdependente e requer atenção. A identificação das fontes (formulários, transações, interações) é o ponto de partida. O mapeamento do fluxo (como são coletados, armazenados, usados, compartilhados) cria a visibilidade. A base legal (consentimento, cumprimento legal, execução de contrato) é o pilar da legitimidade. A avaliação de riscos e a documentação das medidas (segurança da informação, políticas de retenção) são essenciais para a proteção. Por fim, a manutenção de registros é fundamental para auditorias e para responder a solicitações da ANPD e dos titulares.

- Exemplo Prático: Ao mapear os dados de um sistema de RH, a empresa identifica que currículos de candidatos não contratados estão sendo armazenados indefinidamente. O mapeamento revela a necessidade de definir uma base legal para a retenção (ex: consentimento específico para futuras vagas) ou um prazo para descarte, além de implementar criptografia nos dados sensíveis.
- Vídeo Sugerido:

 \circ

Semana 21 - Aula 2

Tópico Principal da Aula: Elaboração e Revisão de Políticas de Privacidade da LGPD

Subtítulo/Tema Específico: Direcionamento para a Criação de Políticas de Privacidade em Conformidade com a LGPD

Código da aula: [SIS]ANO1C2B3S21A2

Objetivos da Aula:

- Compreender a elaboração e a revisão de políticas de privacidade da LGPD.
- Conhecer técnicas de computação e gerenciar dados para soluções em nuvem, parametrizar aplicações e dimensionar de acordo com as necessidades do negócio.
- Identificar e analisar problemas.
- Agir com curiosidade na resolução de problemas técnicos.

Recursos Adicionais (Sugestão, pode ser adaptado):

- Caderno para anotações;
- Acesso ao laboratório de informática e/ou internet.

Exposição do Conteúdo:

Referência do Slide: Slide 06 - Ponto de partida

- Definição: O mapeamento de dados, conforme discutido na aula anterior, proporciona diversos benefícios, como maior conhecimento sobre os dados (visão completa do que é coletado, armazenado e tratado), melhor gestão (eliminação de dados desnecessários, melhor organização), maior segurança (identificação e implementação de medidas de proteção) e redução do risco de sanções da ANPD.
- Aprofundamento/Complemento (se necessário): Estes benefícios são interligados. Um conhecimento aprofundado dos dados (obtido pelo mapeamento) permite uma gestão mais eficiente, que por sua vez, facilita a implementação de medidas de segurança mais eficazes. A combinação de todos esses fatores resulta em uma conformidade mais robusta com a LGPD, diminuindo a probabilidade de multas e danos reputacionais.
- Exemplo Prático: Uma empresa que implementou o mapeamento de dados identificou que estava coletando mais informações de clientes do que o necessário para o serviço. Com essa informação, ela pode revisar seus formulários de cadastro,

coletando apenas dados essenciais, o que simplifica a gestão e reduz a superfície de ataque em caso de vazamento.

Referência do Slide: Slide 08 - Construindo o conceito / LGPD: elaboração e revisão de políticas de privacidade

- Definição: A elaboração e revisão de políticas de privacidade da LGPD envolvem passos como avaliação inicial das práticas de tratamento de dados, definição do conteúdo essencial (identidade do controlador, finalidades, direitos), redação clara e acessível, consistência com outras comunicações, revisão jurídica, feedback de stakeholders, divulgação e acesso, e revisão periódica com atualizações.
- Aprofundamento/Complemento (se necessário): A política de privacidade não é um documento estático. Ela deve ser um reflexo vivo das práticas de tratamento de dados da organização. A clareza e acessibilidade da linguagem são cruciais para que os titulares dos dados compreendam seus direitos e como seus dados são utilizados. A revisão jurídica garante a conformidade legal, enquanto o feedback dos stakeholders (incluindo as áreas de negócio e jurídica) assegura que o documento seja abrangente e funcional. A revisão periódica é vital para adaptar a política a novas regulamentações, tecnologias e práticas internas.
- Exemplo Prático: Uma startup de tecnologia cria um aplicativo e, ao elaborar sua política de privacidade, garante que ela detalhe exatamente quais dados o app coleta (ex: localização, contatos), por que (ex: para funcionalidade X, para personalização Y), como o usuário pode exercer seus direitos (acesso, exclusão) e com quem os dados podem ser compartilhados (ex: parceiros de análise de dados). A política é revisada a cada nova funcionalidade que impacta a coleta de dados.

Semana 21 - Aula 3

Tópico Principal da Aula: Elaboração e Revisão dos Termos de Uso

Subtítulo/Tema Específico: Normativas e Boas Práticas na Criação de Termos de Uso

Código da aula: [SIS]ANO1C2B3S21A3

Objetivos da Aula:

- Compreender a elaboração e a revisão dos termos de uso.
- Conhecer técnicas de computação e gerenciar dados para soluções em nuvem, parametrizar aplicações e dimensionar de acordo com as necessidades do negócio.
- Identificar e analisar problemas.
- Agir com curiosidade na resolução de problemas técnicos.

Recursos Adicionais (Sugestão, pode ser adaptado):

- Caderno para anotações;
- Acesso ao laboratório de informática e/ou internet.

Exposição do Conteúdo:

Referência do Slide: Slide 06 - Ponto de partida

- Definição: Termos de uso são um contrato legal entre um provedor de serviços ou plataforma e seus usuários, que define as regras, direitos e obrigações de ambas as partes. Para uma empresa lançando um novo aplicativo de mídia social, é essencial elaborar termos de uso claros que abordem as regras de conduta, o uso do serviço e a interação dos usuários.
- Aprofundamento/Complemento (se necessário): Diferente da política de privacidade, que foca na gestão de dados pessoais, os termos de uso regem a relação entre o usuário e a plataforma em um sentido mais amplo. Eles incluem o que é permitido e o que não é, responsabilidades do usuário, direitos autorais sobre o conteúdo postado, procedimentos para encerramento de conta, limites de responsabilidade da empresa, e como disputas serão resolvidas.
- **Exemplo Prático:** Ao criar uma conta em uma rede social, você concorda com os termos de uso que especificam, por exemplo, que tipo de conteúdo é proibido (ex: discurso de ódio), as consequências por violações (ex: banimento da conta), e que a plataforma pode usar certas informações para exibir anúncios personalizados.

Referência do Slide: Slide 09 - Construindo o conceito / Termos de uso

- Definição: Os termos de uso devem abordar especificamente as práticas de tratamento de dados pessoais realizadas pela organização, garantindo que os titulares dos dados estejam informados e cientes de seus direitos e obrigações, complementando a política de privacidade.
- Aprofundamento/Complemento (se necessário): Embora a política de privacidade seja o documento principal para a LGPD, os termos de uso devem conter as referências cruzadas e os detalhes pertinentes sobre o uso de dados que afetam a interação do usuário com o serviço. Por exemplo, se o uso de uma funcionalidade específica implica na coleta de um dado sensível, isso deve ser destacado nos termos, com um direcionamento claro para a política de privacidade.
- Exemplo Prático: Um aplicativo de saúde pode, em seus termos de uso, informar que a coleta de dados de saúde do usuário (dado sensível) é necessária para fornecer relatórios de bem-estar personalizados. Ele deve então remeter o usuário à política de privacidade para detalhes sobre como esses dados sensíveis são protegidos e tratados.

Referência do Slide: Slide 10 - Construindo o conceito / Termos de uso: diretrizes para elaboração

- Definição: As diretrizes para elaboração dos termos de uso incluem: identificação das partes, especificação da coleta e uso de dados pessoais, definição do objeto e finalidade do serviço, detalhamento dos direitos dos titulares dos dados, descrição das responsabilidades da organização, estabelecimento de limitações de responsabilidade, informe sobre alterações nos termos, indicação da legislação aplicável e foro, uso de linguagem clara e acessível, e revisão e atualização periódica.
- Aprofundamento/Complemento (se necessário): A elaboração de termos de uso robustos e transparentes é um pilar para a segurança jurídica da empresa e a

confiança do usuário. A clareza na identificação das partes e do objeto/finalidade evita ambiguidades. O detalhamento sobre dados pessoais, responsabilidades e limitações é fundamental para a conformidade com a LGPD e a proteção contra litígios. A possibilidade de alterações e a forma de comunicação dessas alterações são essenciais, assim como a indicação da legislação aplicável para resolver eventuais disputas.

Exemplo Prático: Um serviço de streaming ao criar seus termos de uso, especifica que o usuário pode acessar o conteúdo mediante uma assinatura (objeto e finalidade), que dados de visualização são coletados para melhorar recomendações (coleta e uso de dados), que a responsabilidade por senhas é do usuário (responsabilidades da organização) e que qualquer disputa será resolvida na comarca de São Paulo (foro).